

## A questão das identidades e a historiografia: uma interpretação crítica de *Rubro Veio*

### The question of identity and historiography: a critical interpretation of *Rubro Veio*

Walderez Simões Costa Ramalho

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[walderezramalho@gmail.com](mailto:walderezramalho@gmail.com)

Recebido em: 23/03/14

Aprovado em: 25/06/14

**RESUMO:** Este artigo é um exercício de crítica historiográfica. Analisa-se a obra do historiador Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao tema das identidades culturais no âmbito dos estudos em historiografia. Após demonstrar como o autor pernambucano compreende o conceito de identidade com relação ao conhecimento histórico, será feito um contraponto à sua posição, afirmando a centralidade desse tema no desenvolvimento da narrativa em debate. O eixo teórico deste exercício está fundado na hermenêutica histórica desenvolvida por Paul Ricoeur, que fornece elementos importantes para essa discussão. Como conclusão, discute-se alguns pontos que reforçam a importância de *Rubro veio* para pensarmos o Brasil e seus desafios para o século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia, Identidade, Hermenêutica.

**ABSTRACT:** This article is an exercise in critical historiography. It analyzes the work of the historian Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, in order to discuss some aspects related to the problem of cultural identity in the context of the studies in historiography. After demonstrating how the author understands the concept of identity in relation with historical knowledge will be a counterpoint of his view, claiming the centrality of this issue in his own narrative here in discussion. The theoretical bases of this text is grounded on the historical hermeneutics developed by Paul Ricoeur, which provides important elements for this discussion. In conclusion, we discuss some points that reinforces the importance of *Rubro veio* for we think about Brazil and its challenges for the XXI century.

**KEYWORDS:** Historiography, Identity, Hermeneutics.

#### Introdução

O tema central deste artigo gira em torno da complexa relação entre a teoria e história da historiografia e a questão das identidades culturais. Tal tema vem sendo objeto de ampla discussão acadêmica, materializada na produção de livros, dissertações, teses e artigos de periódicos no Brasil e no mundo. Trata-se de uma questão bastante polêmica, ainda em aberto e

em constante reformulação, e fundamental para situar o papel do conhecimento histórico para as sociedades da modernidade tardia. Este texto pretende oferecer uma contribuição a esse debate, a partir de uma leitura crítica de uma obra seminal: *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*<sup>1</sup>, do historiador Evaldo Cabral de Mello (Recife, 1936).

A obra de Evaldo Cabral como um todo representou inovações significativas, entre as quais citamos: a renovação da tradição regionalista; a defesa da narrativa como o elemento central do discurso histórico; a questão do federalismo e do republicanismo no Brasil; etc. Neste texto, vamos problematizar um aspecto específico, qual seja, a sua crítica à concepção de identidade nacional e até mesmo pernambucana (a despeito do fato de que toda a sua produção está ligada à história de Pernambuco). Para tanto, selecionei o livro *Rubro veio* por considerá-lo o mais adequado para este debate. Além de propor um trabalho centralizado nos conceitos de “imaginário social” e “representações coletivas”, *Rubro veio* trata diretamente da maneira como os pernambucanos percebiam a experiência holandesa através das “deformações” (expressão do próprio Evaldo Cabral) impostas pelo imaginário local – o que levanta questões sobre a relação entre história e identidades. A intenção deste artigo é discutir essa relação pela exposição e crítica teórica da posição defendida por Evaldo Cabral – que, como se verá nas páginas seguintes, passou por uma revisão ao longo do tempo.

*Rubro veio* é uma narrativa sobre o imaginário nativista pernambucano fundado a partir da Guerra de Restauração contra os holandeses (1645-1654). O conceito de *imaginário social* de Cornelius Castoriadis (1982) centraliza a análise de Evaldo Cabral. Como afirma o historiador pernambucano, “o imaginário não é uma superestrutura ideológica mas uma dimensão constitutiva e reprodutiva das próprias relações sociais, é o processo pelo qual os grupos sociais se instituem como tais”.<sup>2</sup> Um mundo social-histórico, nos termos de Castoriadis, é instituído não apenas pelas condições materiais de produção ou do tipo de organização social que o define, mas também – e sobretudo – pelo sistema de valores, crenças e imagens que uma sociedade constrói para dar sentido a si mesma e ao mundo. O imaginário social se define, portanto, como o processo ativo de construção de imagens/figuras/formas/representações que um grupo social formula para si e para os outros. Nas palavras de Castoriadis,

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de

---

<sup>1</sup> A 1ª edição foi publicada em 1986. Neste texto, utilizei a 3ª edição revista, de 2008

<sup>2</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3 ed. São Paulo: Alameda, 2008, p.14.

“alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.<sup>3</sup>

Apreender o imaginário significa perscrutar os discursos e narrativas que um mundo social-histórico produziu sobre si mesmo. Nesse sentido, o estudo do imaginário nativista pressupõe analisar a cultura histórica dos pernambucanos. Não é por acaso que as fontes privilegiadas por Evaldo Cabral são justamente as narrativas históricas sobre a Guerra de Restauração contra a Holanda, analisadas a partir do entrecruzamento entre o eixo sincrônico (pela ligação com o contexto histórico-social mais amplo e as demais produções num determinado período de tempo) e o diacrônico (pela comparação entre as obras no decorrer dos séculos, permitindo a elucidação das transformações pelas quais os pernambucanos conceberam a si mesmos a partir daquele mesmo fato fundador). Dessa forma, o autor reconstitui os *topoi* do imaginário nativista, evidenciando tanto as “deformações” que o imaginário impôs sobre os acontecimentos da Restauração, como também as mutações que tais representações sofreram no transcurso da história. As temáticas centrais do imaginário pernambucano estão divididas por capítulos, como a crença de que a guerra foi feita “à custa do sangue, vida e fazenda” dos pernambucanos; a construção do panteão restaurador; a mutação da açucarcocracia em “nobreza da terra”; a grandeza e opulência da Olinda *ante bellum*; o papel exercido pela Providência divina; as responsabilidades da conquista holandesa; e a reabilitação do período holandês pela historiografia oitocentista.

A tese central do livro é definida nos seguintes termos:

A noção segundo a qual a restauração fora empreendida e sustentada pela gente da terra representou o tópico fundador da percepção local do domínio holandês. Ao longo de dois séculos e meio, ela teria de sofrer, por sua vez, as repercussões das conjunturas políticas, econômicas e sociais por que Pernambuco passou.<sup>4</sup>

O imaginário não se coloca em oposição à realidade, mas compõe com ela uma relação dialética, pela qual um dinamiza e confere inteligibilidade ao outro. É por isso que o movimento narrativo de *Rubro veio* se configura como uma constante “ponte-aérea” – metáfora do próprio Evaldo Cabral – entre as questões de crítica histórica (relacionadas aos aspectos empíricos) e os temas envolvendo o imaginário social (pela análise crítica das narrativas da Restauração), “sempre em busca da reciprocidade de perspectiva entre as concepções do cronista ou do historiador e as representações coletivas”.<sup>5</sup> Nesse mesmo sentido, Stuart Schwartz assinala que a obra de Cabral

<sup>3</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.13.

<sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.13.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.14.

de Mello caracteriza-se como uma narrativa que entrelaça história e historiografia para captar o imaginário nativista local.

Seu principal objeto de estudos, como historiador, sempre foi o imaginário dos pernambucanos, e a forma como sua luta contra os holandeses tornou-se o *leitmotiv* de sua autocompreensão e uma imagem de si próprios que eles desejavam projetar. É por isso que *Rubro veio* pode ser tido como o coração do projeto e, ao mesmo tempo, em seu entrelaçamento entre história e historiografia, o livro mais sofisticado e ambicioso de Evaldo.<sup>6</sup>

Luiz Felipe de Alencastro considera *Rubro veio* como uma obra situada “no andar de cima da narrativa histórica”<sup>7</sup>, já que se trata de um trabalho alicerçado na interpretação crítica da historiografia nativista pernambucana entre os séculos XVII e XIX. Assim, a questão da narratividade constitui um elemento central deste livro: não só como a forma do discurso propriamente dito, mas pelo papel de fonte histórica privilegiada, de um lado, e como mecanismo central da explicação, de outro. Em outras palavras, *Rubro veio* pode ser interpretado como uma “metanarrativa histórica de Pernambuco”, tendo como eixo central a constituição imaginária da sociedade local fundada na experiência da Guerra de Restauração.

Em suma, o imaginário nativista é definido no livro como a fonte das “representações mentais” que os pernambucanos construíram para si ao longo de dois séculos de história, num processo que envolveu transformações substanciais, como a passagem de uma visão aristocrática no século XVII para outra mais popular no decorrer do XIX, entre outras. E é o trabalho do imaginário – construído no plano da linguagem e do simbólico – que mobilizou a história da região, pelo menos no mesmo nível que as necessidades propriamente materiais daquela sociedade. Por exemplo: a Guerra dos Mascates (1710-1711) foi um acontecimento real, mas motivado também por fatos do imaginário, como a ideia da mutação da açucarocracia em “nobreza da terra”, a qual afirmava uma suposta ancestralidade que os ligavam aos primeiros nobres colonizadores da capitania<sup>8</sup>, o que desempenhou um papel fundamental para a constituição de um dos grupos beligerantes. Para dar conta desse trabalho, uma vez que o seu objeto pertence à longa duração, Evaldo Cabral lança mão de seu profundo domínio das fontes de todo o período estudado, reorganizando-as segundo as grandes temáticas do discurso

---

<sup>6</sup> SCHWARTZ, Stuart. O sexteto pernambucano. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fundação Perseu Abramo, 2008, p.21.

<sup>7</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.) *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fundação Perseu Abramo, 2008, p.37.

<sup>8</sup> Evaldo demonstra, através da sua crítica histórica (isto é, baseado em dados empíricos) que tal suposição não correspondia à realidade histórica, pois os primeiros senhores ou eram cidadãos de origem popular, ou cristãos-novos. Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p. 130- 133.

nativista, para assim destrinchar e reconstituir a estrutura do imaginário social pernambucano, juntamente com suas transformações históricas mais significativas.

A questão que este artigo coloca é de saber se é legítimo realizar uma leitura de *Rubro veio* sob a chave do conceito de identidade regional e nacional. Na medida em que o autor trabalha com as noções de imaginário social, representações coletivas, crítica histórica, etc., não estaria também se referindo ao modo como os pernambucanos imaginaram/construíram a sua identidade local? A questão é tão mais relevante uma vez que Evaldo Cabral de Mello é muito conhecido pela sua posição crítica e negativa acerca desse conceito, por considerá-lo “anti-histórico”, conforme veremos na próxima seção.

### Identidade em Evaldo Cabral de Mello

A partir dessa breve apresentação do livro, é preciso concentrar as atenções no problema específico das identidades (nacional e regional) no interior do discurso de *Rubro veio*, e também apoiado em duas entrevistas concedidas por Evaldo Cabral de Mello. Trata-se de saber como o autor opera com o conceito de identidade, para em seguida problematizar essa concepção a partir da noção de *identidade narrativa*, elaborada pelo filósofo Paul Ricoeur.<sup>9</sup>

Em relação à identidade nacional, é bastante conhecida a posição crítica de Cabral de Mello. O autor concebe a formação da nação brasileira, processo efetivado durante o Segundo Reinado, como uma imposição abusiva de uma versão unitária e monarquista forjada a partir do Rio de Janeiro. A obra de Evaldo Cabral de Mello constitui uma importante contribuição para esse debate, pois oferece uma forma alternativa de pensar o Brasil, desde uma perspectiva que enfatiza as diversidades regionais – especialmente, no seu caso, de Pernambuco – sem aceitar como dado inelutável a ideia de unidade nacional. Desse modo, o autor rejeita veementemente a concepção hegemônica (imperial) da identidade nacional brasileira, compreendendo-a como uma cosmovisão fechada, centralista, que comprometeu inclusive a democracia por não aceitar as divergências ou singularidades regionais. “Para ele [Evaldo Cabral de Mello], a identidade nacional era uma invenção, e afirmava sem hesitação: ‘somos todos provincianos’. Seu projeto sempre fora abertamente regionalista”.<sup>10</sup>

A fundação do *Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838, cuja produção foi marcada pelo questionamento sobre o que era o Brasil e quem eram os brasileiros, foi um fato marcante para o debate e a construção de uma identidade especificamente brasileira. Uma vez

---

<sup>9</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991; \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

<sup>10</sup> SCHWARTZ, Simon. *O sexteto pernambucano*, p.14.

consolidado o Estado, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, que norteou o pensamento político e a vida social durante o século XIX. É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação que se entregaram os letrados reunidos em torno do IHGB.<sup>11</sup>

O grande problema, para Evaldo Cabral, é que somente o IHGB poderia discorrer sobre essa questão, sempre à luz da perspectiva monarquista, que apresentava a formação de uma nação una e indivisível como um fato inexorável, naturalizando a centralidade do Rio de Janeiro. O historiador pernambucano qualifica essa leitura como fechada, opressora, de cima para baixo, que abafa as divergências e as diversidades regionais, sempre sob o prisma da unidade total (territorial, político, cultural, etc.) próprio de uma posição *imperialista* – no duplo sentido de um regime político imperial, quanto o de possuir uma tendência a se expandir sobre as demais regiões e culturas. Essa exclusividade do IHGB em tratar das questões nacionais fica mais evidente se se lembrar, na esteira de Evaldo Cabral de Mello, dos outros espaços de discussão e construção do conhecimento histórico, como o *Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano* (IAGP, 1862), os quais ficavam responsáveis apenas por produzir as visões locais, enquanto que o “IHGB-RJ” era o único autorizado a conectar todas elas e desvendar-lhes o sentido, garantindo assim a hegemonia da “versão oficial” da história nacional. É nesse sentido que o autor cria a provocativa expressão “imperialismo historiográfico do Rio”.<sup>12</sup>

Em contrapartida, Evaldo Cabral apresenta outra maneira de pensar a questão, não em termos de unidade ou de necessidade histórica, mas levando em conta as peculiaridades do regional, e até mesmo a contestação à perspectiva imperialista. Enquanto historiador do regional, rótulo que ele mesmo assume em suas entrevistas<sup>13</sup>, o autor quer escapar à “leitura saquarema” que deixou Pernambuco na sombra, sem nenhum papel de destaque. Para ele, o Nordeste não é imperial e centralizador: é republicano e federalista. Evaldo inclusive valoriza o IAGP por já nascer com a preocupação de responder à

(...) necessidade de uma versão pernambucana dos acontecimentos cruciais da *nossa* história, evitando que ela fosse tratada sob critério estranho, no caso, imperial; ou, ao menos, corrigindo-se as deformações da perspectiva unitária e

<sup>11</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

<sup>12</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.58.

<sup>13</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. O acaso não existe: depoimento. [19 de maio de 2005]. In: *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Entrevista concedida a Lília Schwarcz e Heloísa Starling.

fluminense da *História geral do Brasil*, de Varnhagen (1854), com sua condenação da república de 1817.<sup>14</sup>

A utilização do pronome em primeira pessoa em referência aos pernambucanos poderia dar a entender que Evaldo Cabral, embora recuse a ideia de uma identidade nacional nos termos desenvolvidos pelo IHGB, aceita sem grandes problemas a existência de uma identidade regional. Todavia, a questão da identidade pernambucana também é rejeitada pelo autor como uma categoria adequada para a sua interpretação da história. Na verdade, a questão das identidades históricas foi objeto de uma reflexão e mudança de posição por parte de Cabral de Mello.

Apesar de não ser a intenção deste texto avaliar o conjunto da obra de Evaldo Cabral, vale a pena registrar uma discordância sobre esse tema em duas entrevistas suas. Na primeira, concedida a Tiago dos Reis Miranda em 1990, Evaldo diz explicitamente que uma das razões pelas quais se pode dizer que existe uma unidade temática de seus livros subjaz na questão: “como se formou a nossa identidade regional?”. Desse ponto de vista, *Rubro veio* ocuparia um lugar de destaque.

O Nordeste açucareiro desenvolveu, com anterioridade a outras populações regionais do Brasil, uma identidade própria, e neste aspecto não foi pequeno o papel desempenhado pela guerra e pela ocupação holandesas, como eu espero ter demonstrado em *Rubro veio*.<sup>15</sup>

A partir desta passagem, fica evidente que o autor admite a noção de identidade regional como um conceito importante no conjunto de sua análise, e especialmente no caso de *Rubro veio*. A construção da identidade pernambucana seria uma das preocupações do seu livro, em função dos eventos relacionados à guerra e a ocupação holandesa. Todavia, numa segunda entrevista, registrada na coletânea *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*, em 2005, há uma evidente mudança de posição, que contrasta com a perspectiva defendida na entrevista de 1990.

Não, não e não, não há identidade pernambucana nenhuma. Identidade é um conceito que abomino. O que é identidade? É aquilo que permanece igual a si mesmo. É, portanto, o conceito mais anti-histórico que você pode conceber.<sup>16</sup>

Portanto, se num primeiro momento Cabral de Mello situa o tema da identidade regional como o eixo central da sua obra como um todo (e de *Rubro veio* em particular), posteriormente o autor nega-o categoricamente, colocando-o inclusive no campo do anti-histórico. A identidade regional de Pernambuco não poderia ser uma questão relevante, já que *Rubro veio* se ocuparia das mudanças relativas às representações coletivas sobre a Restauração contra a Holanda. Identidade

<sup>14</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.57, grifo meu.

<sup>15</sup> MIRANDA, Tiago C. P. Dos Reis. Conversas do Recife, em Lisboa: entrevista com Evaldo Cabral de Mello. *Revista de História*. São Paulo, n. 122, p. 135-146, jan/jul. 1990, p.10.

<sup>16</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O acaso não existe*, p.160.

e mudança se colocam como noções antagônicas, e a História deve se ater apenas à segunda. Percebe-se claramente que há um forte contraste entre as duas entrevistas. Como entender essa aparente contradição? É possível conciliar essas duas concepções? O que interessa aqui não é o que levou Evaldo Cabral a reformular o seu pensamento, mas sim entender de que forma o conceito de identidade funciona no interior do discurso de *Rubro veio*. A referência a essas entrevistas vale, porém, como uma boa maneira de indicar como o autor compreende a relação entre identidades e história.

No entanto, essa discordância sobre a questão da identidade pernambucana é também perceptível quando se compara as diferentes edições de *Rubro veio*. É o que nos indica as pequenas modificações do texto feitas pelo autor entre a 1ª edição, de 1986, e a 3ª edição, de 2008. Elas podem ser vistas logo no prefácio, no qual Evaldo Cabral retira integralmente um excerto bastante significativo, que pode ser encontrado na 1ª edição do livro:

Dessa experiência [a Restauração Pernambucana], derivara a singularidade da história pernambucana no conjunto da história brasileira (...). Nesta perspectiva, a restauração tornara-se como que a experiência fundadora da *identidade provincial*.<sup>17</sup>

Fica claro que, na primeira versão do livro, o problema da identidade pernambucana ocupava um lugar importante. O processo de Restauração contra a Holanda teria fundado uma série de versões e imagens que fundaram a “identidade provincial”. Na 3ª edição, porém, além da retirada dessa passagem pelo autor, houve um abandono quase total da expressão “identidade”, o que indica a sua mudança de postura frente a essa questão. O termo só aparece uma única vez: no parágrafo final do prefácio desta mesma 3ª edição, encontra-se a seguinte orientação de Evaldo Cabral ao leitor:

A leitura de *Rubro veio* pode criar a falsa impressão de que o autor buscou contribuir para a literatura sociológica e antropológica que se afana em perseguir e descrever identidades regionais e locais. Não foi essa a intenção.<sup>18</sup>

Portanto, de uma afirmação explícita da identidade regional pernambucana, o autor passa a negociar com o leitor uma interpretação que recuse esse mesmo conceito. Passados 22 anos entre as edições, e 15 entre as entrevistas, percebe-se claramente que houve uma mudança substancial pelo autor sobre a forma como ele compreendia o tema da identidade pernambucana. O estudo do imaginário da Restauração não significa, de acordo com a segunda versão, em reconstituir uma identidade regional, mas “apenas que as representações, verdadeiras ou falsas, de

---

<sup>17</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, 1ª edição, 1986, p.14, grifo meu.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.19.



um grupo social acerca do seu passado podem ser tão relevantes para explicar seu comportamento quanto seus interesses materiais”.<sup>19</sup>

Entretanto, cabe aqui perguntar: a ideia de identidade não diz respeito justamente às representações dos grupos sociais sobre o seu passado? Onde está a diferença que justificaria essa mudança de posição? A resposta está na associação feita pelo autor entre identidade e igualdade absoluta, sentido que tornaria esse conceito “anti-histórico” por não dar conta das mudanças advindas pela influência do tempo. Identidade, de acordo com Evaldo Cabral, pressupõe igualdade no tempo, o que não coaduna com a História, que trata das mudanças e transformações.

As representações mentais surgidas outrora em Pernambuco em torno da guerra holandesa são indispensáveis para entender a contestação do poder colonial que ali teve lugar até às revoluções liberais do século XIX, *mas deixaram de ser a partir de então socialmente atuantes*.<sup>20</sup>

É na segunda parte desta citação que reside a mudança de Evaldo Cabral de Mello sobre o tema da identidade regional (e por extensão nacional) em *Rubro veio*. A identidade, vista como permanência integral e continuidade ininterrupta no tempo, não pode fazer sentido para um trabalho de História, que enfatiza as mudanças e as transformações na explicação narrativa do passado. Não há identidade pernambucana porque as representações coletivas sobre esse grupo social se transformaram historicamente, até chegar ao ponto de, atualmente, elas terem deixado de existir. Para Evaldo Cabral de Mello, o pernambucano foi “abrasileirado”, indicando que o imaginário nativista foi apropriado e, em seguida, absorvido pela ideia da unidade nacional, processo consolidado durante o Segundo Reinado.

Pode-se concluir que o conceito de identidade, de acordo com Cabral de Mello, pressupõe permanência, igualdade, unidade e continuidade total de uma comunidade no tempo – o que o aproxima da ideia de uma “essência” fixa e invariável que definiria um modo próprio de ser e agir no mundo. Desse modo, não poderia haver qualquer identidade que pudesse resistir a um estudo histórico mais profundo. Mas seria essa a forma mais adequada de se trabalhar com o conceito de identidade? Haveria alguma alternativa à concepção essencialista das identidades culturais que pudesse torná-la mais acessível e útil ao trabalho do historiador?

### Uma releitura de *Rubro veio*

Em contraposição à concepção essencialista de identidade, assiste-se cada vez mais, no âmbito da teoria da história e historiografia (bem como nas outras áreas das Ciências Sociais) uma

---

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.19.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.19, grifo meu.

utilização “não-essencialista” deste mesmo conceito.<sup>21</sup> A identidade não é mais vista como uma essência fixa, imutável, absoluta, objetiva, inata, metafísica; ela é compreendida como uma construção, um processo nunca definitivo, historicamente determinado (e não biologicamente), sujeito a transformações e mudanças. A identidade não é uma substância invariável de uma personalidade, mas um discurso sobre si e/ou o outro. Ela não é uma descrição objetiva de um modo de vida estático e natural, mas uma representação imaginária que norteia as ações e as percepções que um grupo tem sobre si mesmo.<sup>22</sup> Uma representação identitária, longe de ser algo inócuo, interfere diretamente na realidade norteando as ações dos sujeitos históricos, já que se trata da forma como eles compreendem a si próprios, a imagem construída de si mesmo. Essa visão não-essencialista das identidades culturais valoriza inclusive as mudanças e as diferenças na sua própria constituição, já que se trata não do que um sujeito (indivíduo ou comunidade histórica) é, mas antes como ele se representa, o que ele se tornou e o que pode se tornar. Tomando o exemplo da identidade nacional, José Carlos Reis assinala:

Essa identidade não é nem essencial nem natural, nem ontológica, mas uma “imaginação compartilhada”, criada em múltiplas linguagens, divergentes, discordantes, mas sobretudo “interlocutoras” umas das outras. A nação não seria só uma entidade política, mas um sistema de representação cultural.<sup>23</sup>

A construção discursiva das identidades pode ser feita em diversos suportes, como a música, as artes plásticas, a literatura, e também a historiografia. “A história é o discurso que representa as identidades de indivíduos, de grupos e nacionais, e a crítica historiográfica é a própria ‘vida do espírito’ de uma nação”.<sup>24</sup> De acordo com Paul Ricoeur, é através da operação de composição narrativa que se realiza o processo de identificação. A intriga, na medida em que sintetiza elementos heterogêneos do mundo da ação numa ordem lógica e conferindo assim um sentido para a experiência do tempo, torna possível ao leitor compreender-se na sua condição histórica; em outras palavras, a formular narrativamente a sua identidade. Através da narração, defende Ricoeur, é possível construir uma representação identitária que não se reduz à fixação de uma essência, mas a situa em relação ao tempo – o que implica em integrar as diferenças e mudanças na composição de uma identidade. A dialética concordância-discordância que constitui a intriga repercute na personagem, enquanto encontramos nela, de um lado, a concordância da

---

<sup>21</sup> Cf. REIS, José Carlos. Introdução. In: *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

<sup>22</sup> Além dos autores citados na nota 21, cf. HALL Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: LP&A Editora, 2011.

<sup>23</sup> REIS, José Carlos. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.265.

<sup>24</sup> REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2*, p.20.

unidade singular de uma vida, e de outro, a discordância dos acontecimentos fortuitos que tendem a romper essa unidade e continuidade. E ao designar-se em 3ª pessoa na narrativa, o sujeito é capaz de reconhecer-se e, desse modo, situar-se na sua condição temporal. A identidade, de acordo com Ricoeur, se apresenta como a narração da história de uma vida: a sua *identidade narrativa*.<sup>25</sup>

É por isso que toda compreensão de si é sempre uma interpretação de si, uma vez que “não há compreensão de si que não seja *mediatizada* por signos, símbolos e textos; a compreensão de si coincide, em última análise, com a interpretação aplicada a estes termos mediadores”.<sup>26</sup> A única forma de dar conta da identidade do sujeito é através da mediação operada pela narração. Dizê-la é responder à questão *Quem* fez tal ação?, *Quem* é o agente? “A história narrada diz o *quem* da ação. A *identidade* do quem é apenas, portanto, uma *identidade narrativa*”.<sup>27</sup> Paralelamente à dimensão objetiva da identidade (a *mesmidade* ou identidade-*idem*, que em sua forma pura se converte na postura essencialista), Ricoeur contrapõe a sua dimensão subjetiva, narrativa propriamente dita, que não se apoia em nenhuma noção de substância imutável na sua formulação (a sua *ipseidade* ou identidade-*ipse*). A ipseidade do personagem – a sua identidade narrativa – pode incluir a mudança e a mutabilidade dentro da coesão de uma vida, já que se configura segundo o modelo de composição da intriga (concordância-discordância) que busca integrar uma vida humana em sua condição temporal. Além disso, a identidade-*ipse* permite a constante refiguração de uma história de vida por todas as histórias que um sujeito ou uma comunidade conta sobre si mesmo, fazendo dessa vida um “tecido de histórias narradas”. Dessa forma, a ipseidade leva a um *si* constituído no tempo pela narração, diferentemente da mesmidade pura que desemboca num *eu* abstrato, formal, essencialista, não passível de transformação.

Portanto, a (segunda) posição de Evaldo Cabral sobre a questão da identidade pernambucana deve ser relativizada. Pois se realmente não há qualquer referência a uma identidade essencialista e imutável na sua obra, por outro lado, é perfeitamente plausível afirmar que *Rubro veio* representa uma releitura rica e inovadora da ipseidade de Pernambuco – e também do Brasil, conforme se afirma no final deste artigo. O fato de ter ocorrido mudanças estruturais no imaginário nativista, como tão bem demonstra o autor, não significa que não haja qualquer forma de identidade, uma vez que a ipseidade integra tais transformações numa unidade narrativa. Nesta perspectiva, o que o autor chama de “representações mentais” construídas pelo imaginário não se opõem à ideia de identidade pernambucana; elas são a sua própria expressão.

<sup>25</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto-Portugal: Editora RÉS, s/d, p.40, grifo do autor.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v.3, p.424, grifos do autor.

De fato, não poderia haver um “caráter” definitivo, original e genuíno da sociedade pernambucana que permanecesse fixo e inalterável ao longo do tempo. Esta posição essencialista já foi amplamente discutida e rejeita pelas Ciências Sociais em geral.<sup>28</sup> No entanto, a formulação da ideia de caráter enquanto imagem de si, só pode se dar pela composição e apropriação das narrativas que uma cultura produziu sobre si própria – o que repercute decisivamente na realidade prática, orientando as ações e as representações dos sujeitos históricos.

Essa noção de caráter relaciona-se intimamente com o imaginário social, pois é este que fornece as ferramentas e os mecanismos de construção e instituição de um caráter coletivo. É o próprio Evaldo Cabral quem diz: “À força de reivindicarem um determinado caráter coletivo, nacional, regional ou de classe, as sociedades acabam por se convencer da sua realidade, passando a agir de acordo com tais modelos”.<sup>29</sup> Neste sentido, a interpretação de Evaldo Cabral não poderia fugir do tema geral das identidades históricas – com a ressalva de se compreender o conceito desde o ponto de vista não-essencialista.

O caráter é constituído, de acordo com Ricoeur, pelos hábitos e pelas identificações adquiridas.<sup>30</sup> Os hábitos, que se ligam aos elementos sedimentados do caráter, são caracterizados, em relação aos pernambucanos, pela bravura, valentia, heroísmo, catolicismo, republicanismo e a busca pela autonomia, elementos que se manifestariam, de acordo com a historiografia analisada em *Rubro veio*, em todos os pernambucanos, homens, mulheres e crianças. É essa sedimentação que confere ao caráter um aspecto de permanência no tempo, ou seja, o recobrimento do *ipse* pelo *idem*. “Mas esse recobrimento não elimina a diferença das problemáticas: mesmo como segunda natureza, meu caráter sou eu, eu próprio, *ipse*; mas esse *ipse* anuncia-se como *idem*”.<sup>31</sup> Isto significa que não se pode compreender o caráter como algo puramente estático, uma “essência”, mas construído historicamente e sujeito às mudanças engendradas através das narrativas que expressam o imaginário social.

Em relação às identificações, forma pela qual o outro entra na composição do caráter, entra em jogo os valores, normas, modelos, ideais, heróis, pelos quais a pessoa ou a comunidade se reconhecem. “A identificação com figuras heroicas manifesta claramente essa alteridade assumida”.<sup>32</sup> No caso de *Rubro veio*, basta pensar no panteão da Restauração (Fernandes Vieira – branco reinol; Vidal de Negreiros – branco mazombo; Henrique Dias – negro; Felipe Camarão – índio), forjado para representar a sociedade pernambucana, abarcando inclusive a segmentação

<sup>28</sup> Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*.

<sup>29</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.208.

<sup>30</sup> RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*, p.145.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*, p.146.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*, p.147.

dos dois estratos brancos que a constituem, fato bastante expressivo de uma sociedade marcada pelos conflitos entre pernambucanos e não-pernambucanos (principalmente portugueses, mas também baianos ou cariocas). Essa tetrarquia foi uma ideia caríssima ao imaginário nativista, fonte de inspiração tanto no contexto dos Mascates, quanto na Revolução de 1817, ou na Confederação do Equador de 1824. O panteão reflete, inclusive, o elemento racista constitutivo desse imaginário pois, como lembra Evaldo Cabral, o mestiço está excluído, já que as etnias se apresentam separadas. O mestiço estava à margem do sistema açucarocrático, sempre tratado como “sub-humano”, e representava, inclusive, uma ameaça potencial ao mesmo sistema. Além disso, o mestiço é encarnado na figura do vilão, Calabar, e sua traição é associada pelos cronistas à sua origem racial.

Mas não é só de permanências e/ou continuidades que a ipseidade de Pernambuco é reconstituída em *Rubro veio*. Entre suas transformações, pode-se destacar o aspecto de fidelidade, que nos séculos XVII e XVIII foi uma das grandes temáticas do discurso nativista. Ele fora forjado para capitalizar o fato de que os pernambucanos expulsaram os holandeses sem o consentimento da Coroa portuguesa, mas a seguir entregaram a capitania à soberania do seu “Rei natural”, sem qualquer ajuda do Reino. A intenção era tentar o seu apoio na querela contra os mascates e, depois da derrota no conflito, amenizar os castigos e as restrições por parte da Coroa. “Mas a revolução de 1817 veio demonstrar não ser assim tão sólida a lealdade dos netos dos restauradores. O adesismo da administração foi geral”.<sup>33</sup> O tópico ficara comprometido, pois os acontecimentos de 1817 mancharam a tal lealdade dos pernambucanos, donde não voltará mais a ser utilizado, dado também o caráter antilusitano mais acentuado do nativismo oitocentista. Na leitura aqui proposta, isto não significa a morte ou perda total da identidade regional, mas a sua adaptação aos diferentes contextos históricos. Esse exemplo mostra como a identidade narrativa dos pernambucanos em *Rubro veio* permite considerar as mutações internas dessa mesma comunidade na percepção que tem de si própria, caracterizando-a como uma ipseidade rica e dinâmica.

Nessa chave de leitura, pode-se afirmar que *Rubro veio* é uma narrativa que aborda de forma direta o tema das identidades na historiografia, a despeito da recusa de Evaldo Cabral em trabalhar com esse conceito. Essa rejeição se explica, como foi colocado acima, pela concepção essencialista do conceito de identidade que o autor utiliza. Entretanto, se se considerar a identidade não como mesmidade pura, mas antes uma construção narrativa e em relação íntima com o imaginário social, fica claro que esta obra se constitui como uma expressão crítica da identidade narrativa de Pernambuco. Ou melhor, uma “metanarrativa” já que ela se constrói pela

---

<sup>33</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.106.

discussão da cultura histórica pernambucana. Como já foi mencionado, as fontes privilegiadas em *Rubro veio* não são outras senão as narrativas que os letrados compuseram sobre a experiência holandesa, as quais se enraizaram na tradição oral e na memória local, como o autor demonstra largamente ao longo do livro<sup>34</sup>. É principalmente – embora não exclusivamente<sup>35</sup> – através delas que Evaldo Cabral consegue perceber e dar forma à estrutura do imaginário. Os cronistas, desde frei Calado e Rafael de Jesus no século XVII, Jaboatão e Loreto Couto no XVIII, chegando a frei Caneca e Fernandes Gama no XIX, são revisitados e interpretados por todo o livro, demonstrando como os grandes *topoi* do discurso nativista – a Restauração como empreendimento exclusivo dos pernambucanos; a formação da “nobreza da terra”; o panteão restaurador; a atuação da Providência Divina; etc. – refletiu e conferiu aos pernambucanos um caráter peculiar e um modo próprio de agir e representar-se no mundo. Isso autoriza uma interpretação de *Rubro veio* como uma (meta)narrativa de Pernambuco que se articula através da mediação das outras narrativas que também fazem referência àquele mundo social-histórico, caracterizando-o como um “tecido de histórias narradas”.

É preciso ainda destacar que *Rubro veio*, na medida em que focalizou as singularidades históricas de Pernambuco sob a ótica do imaginário, trouxe como um dos seus temas principais a forma como se construiu naquele mundo social-histórico certo sentimento de pertencimento e de visão de mundo – em outras palavras, de uma identidade local. Nesse sentido, a leitura proposta neste artigo segue a mesma linha que George Silva do Nascimento, quando diz que “escrever sobre Pernambuco não foi apenas o inventário de uma história, de um passado, mas a procura da distinção deste passado, das características singulares da história de um determinado espaço e da construção da sensação de pertencimento”<sup>36</sup>.

Muito mais que abrir uma polêmica contra Evaldo Cabral de Mello, a intenção deste artigo é demonstrar que o tema das identidades culturais constitui-se como um dos objetos privilegiados para o campo da História e da Historiografia. Não se trata de um falso problema, como por vezes o historiador pernambucano parece sugerir. Deve-se ter em vista, contudo, a dissociação de sentidos entre a concepção essencialista e a não-essencialista das identidades culturais: enquanto a primeira faz referência a uma substância fixa e imutável que permanece contínua e integralmente a mesma ao longo do tempo, rejeitando as diferenças, a segunda está ligada à noção de representação, construída historicamente através dos discursos e narrativas, que

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.26-27 e 245-249.

<sup>35</sup> O autor também considera as fontes materiais, iconográficas, os monumentos, festas e comemorações envolvendo a Guerra de Restauração.

<sup>36</sup> NASCIMENTO, George Silva do. Evocação pernambucana: o *Rubro veio*, de Evaldo Cabral de Mello. *Tempos Históricos*. Cascavel, v.17, 1º semestre de 2013, p.123.

pressupõem as mudanças na sua composição. Este segundo sentido é o que se coloca nos debates mais atuais sobre a questão. Desse modo, pode-se afirmar que a recusa de Evaldo Cabral de Mello em trabalhar com o conceito de identidade – ao menos na sua “segunda versão” demonstrada acima – se explica pela concepção essencialista do conceito pelo autor. Todavia, a formulação não-essencialista se aproxima fortemente daquilo que Evaldo Cabral chama de “representações coletivas” sobre a Restauração pernambucana, fonte de construção das imagens de si que os pernambucanos construíram ao longo da história, e que o autor demonstra de modo tão rico, instigante e inspirador. Ao contrário do que o historiador defende no prefácio da 3ª edição do livro, é possível construir uma leitura de sua obra sob o signo da identidade não-essencialista, narrativa e integrada ao tempo e à história.

### Conclusão

A identidade narrativa construída em *Rubro veio*, que dá conta do ser pernambucano, não seria mais interessante se não contivesse também uma dura crítica contra a imposição de outra identidade, a nacional-imperial, que sufocou as diversidades regionais a favor de uma unificação opressora, que não é própria dos pernambucanos, mas que no final acabou vencendo e “abrasileirando” esse mesmo pernambucano. Evaldo Cabral de Mello acusa a ideia de identidade nacional, relembramos, como uma construção imperialista, que forçou o solapamento das divergências e discordâncias regionais para a instauração de uma unidade total, empreendendo um nivelamento imposto de cima para baixo, opressor, que atua em nome da subordinação das demais regiões em nome do centro, o Rio de Janeiro. É fácil perceber como Evaldo toma essa identidade nacional também no sentido da mesmidade pura, que não aceita as diferenças. Em contraponto a essa mesmidade, compreendemos que *Rubro veio* também pode ser lido como uma obra que reconstrói uma ipseidade nacional que dá conta dessas fissuras, oferecendo um projeto alternativo de Brasil, que não se imponha a partir do centro, mas que surja da diversidade inerente à experiência histórica.

Não é possível, no curto espaço deste trabalho, expor os argumentos que Evaldo Cabral de Mello desenvolve em outros livros<sup>37</sup>. Basta assinalar que a crítica à versão oficial da história construída pelo IHGB, exposta em *Rubro veio* e condensada na ácida expressão “imperialismo historiográfico do Rio”, traz implicações importantes para se repensar o Brasil a partir das suas diversidades e peculiaridades regionais. Além de questionar a legitimidade de uma nação centralizada em um único eixo, essa perspectiva pode enriquecer a ideia de Brasil, coadunando com a perspectiva atual de valorizar as diferenças na unidade. Em nossa leitura, é este o

---

<sup>37</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, 264p.

horizonte de expectativa aberto pela obra de Evaldo Cabral – não a busca de separatismo, mas sim de ressignificação da nação em termos mais plurais e abertos.

Tudo isso nos permite dizer que *Rubro veio* insere-se na discussão acerca da identidade nacional no âmbito da historiografia brasileira, ao submetê-la a uma crítica forte e muito bem articulada. Não podemos entender essa crítica como uma negação absoluta, mas antes no sentido de uma reconstrução que dê conta das especificidades regionais, inclusive para torná-la mais rica, dinâmica, republicana e democrática. É um projeto bastante atual, necessário inclusive para o pleno desenvolvimento do país como um todo, e não apenas do eixo Rio – São Paulo. O próprio fato do Estado de Pernambuco ter hoje um crescimento do PIB maior que o da média nacional<sup>38</sup>, dá ainda mais credibilidade à “proposta evaldiana” de fazer o Brasil pluralizar-se e reinventar-se a si mesmo.

Para tanto, seria preciso dar prosseguimento a essa abordagem regional para as outras partes do Brasil. Luiz Felipe de Alencastro resumiu muito bem essa ideia, ao sugerir que “além de admirado, o autor deve ser um historiador imitado. Com *Rubro veio* debaixo do braço e uma problemática regional na cabeça, os historiadores podem empreender um extraordinário avanço das ciências sociais brasileiras”<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Cf. PIMENTEL, Thatiana. *PIB pernambucano cresceu 3,2% no 2º semestre de 2013, aponta pesquisa*. Recife: 13/09/2013. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/09/13/internas\\_economia,462131/pib-pernambucano-cresceu-3-2-no-2-trimestre-de-2013-aponta-pesquisa.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/09/13/internas_economia,462131/pib-pernambucano-cresceu-3-2-no-2-trimestre-de-2013-aponta-pesquisa.shtml) Acesso em: 01/12/2013.

<sup>39</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil*, p.44.